



População procura a Justiça mesmo sem acreditar no Poder Judiciário

A população não confia na Justiça, mas mesmo assim procura o Judiciário para resolver seus conflitos. A conclusão faz parte da análise do primeiro índice que mede o nível de confiança no Judiciário, o *ICJBrasil*, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo nesta terça-feira (1/9). O *ICJBrasil* será divulgado trimestralmente.

Para chegar ao índice, os pesquisadores passaram por sete regiões metropolitanas do país e ouviram 1.636 pessoas. Das sete capitais pesquisadas, onde vive um terço da população do país, Salvador tem o pior nível de confiança na Justiça, com índice de 63 pontos. Segundo **Luciana Gross Cunha**, professora de Direito da GV e idealizadora do pesquisa, a maioria dos entrevistados da capital baiana apontou como problema o custo, o acesso à Justiça e a incapacidade do Judiciário de solucionar os conflitos. A FGV não especificou em quais casos a população soteropolitana procuraria a Justiça.

Porto Alegre é a capital com melhor índice, com 67 pontos. A maioria dos entrevistados destacou a imparcialidade, a honestidade e a confiança no Judiciário. Por isso, a população tende a recorrer mais à Justiça. 90% da população disseram que acionariam a Justiça para solucionar caso envolvendo o poder público, contra 65% envolvendo o direito do consumidor e 92% para casos envolvendo direito do trabalho.

Em São Paulo, que tem a maior estrutura judiciária do país, o que chama atenção é o tempo de solução. Mais de 95% dos entrevistados acham que a Justiça é lenta e 61% acreditam não ser um sistema confiável. O direito do consumidor é o que mais mobiliza na cidade. Em São Paulo, os casos em que a população disse que procuraria a Justiça envolvem consumo (92%), família (91%) e o poder público (89%).

Segundo **Neide de Sordi**, do departamento de pesquisas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, a pesquisa reflete o que o levantamento *Justiça em Números* organizado pelo CNJ já previa em algumas questões. “Mostrar que a população de Salvador é mais insatisfeita bate com o fato de o estado ter sido o primeiro a passar por mutirões por baixa produtividade. Já o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é o que tem menor taxa de congestionamento, segundo a nossa pesquisa.”

A pesquisa relevou que, quanto maior a renda e a escolaridade, pior é a avaliação da Justiça. Os respondentes com renda superior a R\$ 5 mil, formados em mestrado ou doutorado, são os que menos confiam na Justiça. Na escolaridade, a disparidade entre as opiniões é razoável. Entre os que tem o primário incompleto, a pesquisa atingiu 63 pontos. Já os que tem o maior nível de escolaridade o índice é de 56 pontos.

A própria pesquisa não respondeu a este porquê, mas **Luciana Gross Cunha**, aposta que quanto maior informação se tem, mais próximo da realidade se chega. Já na opinião de **Fabio Mirto**, do CNJ, as pessoas com menor renda e escolaridade têm a visão de que o "juiz é quem resolverá os problemas de sua vida, é alguém que sabe mais que ele, é uma pessoa distante. Já para quem é formado em nível de mestrado e doutorado, o juiz é tratado como um servidor da Justiça, que deve cumprir sua função".

Confiança na Justiça



O primeiro índice sobre a confiança da população no Judiciário atingiu 65 pontos, de um total de 100 pontos, que seria o ideal. O índice foi calculado a partir de dois subíndices. O indicativo da “percepção”, que chega a 50 pontos, em que as questões que mais se destacaram foram as críticas ao tempo de processo, os custos e falta de imparcialidade e honestidade do sistema. Esse subíndice também coletou a opinião dos entrevistados sobre a confiança, o acesso e eficiência da Justiça.

Já o subíndice de “comportamento”, que atinge 80 pontos, pretende entender se e quando a população pensa em recorrer à Justiça. Os casos mais citados foram o relacionados ao Direito do consumidor e do trabalho. A área criminal ficou de fora da pesquisa porque, em caso de crime, não há escolha de procurar a Justiça ou não. O índice geral e os subíndices não são o mesmo que porcentagem, que não foi divulgada pelos pesquisadores.

De acordo com Luciana Gross Conha, só será possível avaliar se o número é alto ou baixo a partir de um histórico que virá com as próximas pesquisas. "O que se pode perceber é que o que puxou o índice para cima foi a questão comportamental dos entrevistados, em que a maioria pretende procurar a Justiça, mas não entendo que 50 pontos de percepção seja positivo", explica.

Segundo a professora da USP e estudiosa do Judiciário, **Maria Tereza Sadek**, para avaliar essa pesquisa, é preciso entender que a população entrevistada faz parte de diferentes regiões e faixas de renda, com uma visão diferente do que é Justiça. “Pode se entender a Justiça como a Polícia, como o fórum perto de casa, a Defensoria, o Ministério Público, os tribunais. Trata-se de uma visão muito ampla.” Para ela, é preciso conscientizar a população que ela tem outros direitos, além do trabalhista e do consumidor. “É o caso do direito em relação ao poder público, quando se acha injusta ou imprópria a cobrança de um imposto,” diz a professora

Sadek concorda que o índice terá maior usabilidade a partir do histórico que for criado com as próximas edições. “Essa medição trimestral poderá observar por exemplo se o resultado do julgamento do Pallocci ou os mutirões do CNJ refletem na população o nível de confiança em relação à Justiça.” Segundo Luciana, a ideia é que nas próximas edições sejam incluídas algumas perguntas para detectar dúvidas que surgiram na primeira edição, como, por exemplo, como fazem para resolver conflitos pessoas que não querem procurar a Justiça. A pesquisa deve ser apresentada a gestores dos tribunais para que eles possam contribuir para esse aperfeiçoamento.

Date Created

01/09/2009